

RICARDO ANTONIO ANDREUCCI

Manual de
**DIREITO
PENAL**

**16ª edição
2024**

De acordo com as Leis
n. 14.562/2023 (adulteração de sinal identificador de veículo)
n. 14.532/2023 (racismo e injúria racial)
n. 14.478/2022 (fraude com a utilização de ativos virtuais).



Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Estevão Bula
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Karina Lourenço Kempter Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kellii Priscila Pinto
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci Leite
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A561m Andreucci, Ricardo A.
Manual de Direito Penal / Ricardo A. Andreucci.
- 16. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
600 p.
ISBN: 978-85-5362-017-3 (impresso)
1. Direito. 2. Direito penal. I. Título.

2023-3201 CDD 345
CDU 343

Elaborado por Odílio Hilário Moreira Junior - CRB-8/994

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal	345
2. Direito penal	343

Data de fechamento da edição: 07-12-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA [5742] CL [60820] CAE [850596]

ÍNDICE

PREFÁCIO	XXXV
NOTA DO AUTOR	XXXVII

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	3
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	3
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	3
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	4
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	4
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	5
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	5
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	5
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	6
5.1 Princípio da legalidade	6
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	6
5.3 Princípio da taxatividade	7
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	7
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	7
5.6 Princípio da adequação social	8
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	8
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	8
5.9 Princípio da continuidade normativo-típica	10
5.10 Princípio do Direito Penal máximo	10
5.11 Princípio da proporcionalidade da pena	11
5.12 Princípio da individualização da pena	11
5.13 Princípio da humanidade	11
5.14 Princípio da razoabilidade	12
II — FONTES DO DIREITO PENAL	13
1 FONTES MATERIAIS	13
2 FONTES FORMAIS	13
2.1 Fonte formal imediata	13
2.1.1 Lei e norma penal	13
2.1.2 Norma penal em branco	14

2.1.3	Integração da norma penal	15
2.1.4	Norma penal incompleta	16
2.2	Fontes formais mediatas	16
2.2.1	Costume	16
2.2.2	Princípios gerais de direito	16
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	17
III	— INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	19
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	19
1.1	Interpretação autêntica	19
1.2	Interpretação doutrinária	19
1.3	Interpretação jurisprudencial	19
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	20
2.1	Interpretação gramatical	20
2.2	Interpretação lógica	20
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO	20
3.1	Interpretação declarativa	20
3.2	Interpretação restritiva	20
3.3	Interpretação extensiva	20
IV	— APLICAÇÃO DA LEI PENAL	21
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	21
1.1	Legalidade formal e legalidade material	22
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	22
2.1	Vigência e revogação da lei penal	23
2.2	Conflito de leis penais no tempo	23
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	23
2.4	Ultra-atividade	24
2.5	Lei intermediária	24
2.6	Conjugação de leis	24
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	25
2.8	Tempo do crime	25
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	26
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	26
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	27
3.3	Território	27
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	28
3.3.2	Passagem inocente	28
3.3.3	Zona econômica exclusiva — ZEE	28
3.4	Lugar do crime	29
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	29
3.6	Extraterritorialidade	29

3.6.1	Extradição, deportação e expulsão	31
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	31
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	31
4.1	Imunidades diplomáticas	31
4.2	Imunidades parlamentares	32
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	33
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	33
5.2	Contagem de prazos	34
5.3	Frações não computáveis da pena	34
5.4	Legislação especial	34
V	— TEORIA DO CRIME	35
I	CONCEITO DE CRIME	35
1.1	Sistema Causal-Naturalista	35
1.2	Sistema Neoclássico	36
1.3	Sistema Finalista	36
1.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	37
1.4	Sistema Social	38
1.5	Sistema Funcionalista	38
1.6	Estrutura do crime	38
1.6.1	Sujeito ativo	38
1.6.2	Sujeito passivo	39
1.6.3	Capacidade penal	39
1.6.4	Objeto do crime	40
1.6.5	Punibilidade	40
1.6.6	Crime e contravenção penal	40
1.6.7	Classificação dos crimes	41
2	FATO TÍPICO	47
2.1	Teoria do Tipo	47
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo	47
2.1.2	Conceito de tipo	48
2.1.3	Características do tipo	48
2.1.4	Adequação típica	48
2.1.5	Elementos do tipo	48
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo	49
2.1.7	Classificação do tipo	49
2.1.8	Tipicidade conglobante	50
2.1.9	Conflito aparente de normas	51
2.2	Conduta	52
2.2.1	Formas de conduta	52
2.2.2	Crimes omissivos próprios	53
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	53
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	53

2.2.5	Caso fortuito e força maior	53
2.3	Nexo de causalidade	53
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	54
2.3.2	Superveniência causal	55
2.4	Resultado	56
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	57
2.5	Crime consumado e crime tentado	57
2.5.1	Consumação	58
2.5.2	Tentativa	58
2.5.3	“Iter criminis”	59
2.5.4	Cogitação	59
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	59
2.5.6	Elementos da tentativa	60
2.5.7	Espécies de tentativa	60
2.5.8	Pena da tentativa	61
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa	61
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	62
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	62
2.7	Arrependimento posterior	63
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	64
2.8	Crime impossível	64
2.9	Crime doloso	65
2.9.1	Conceito de dolo	65
2.9.2	Teorias sobre o dolo	65
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil	65
2.9.4	Espécies de dolo	66
2.10	Crime culposo	67
2.10.1	Cuidado objetivo	67
2.10.2	Previsibilidade	67
2.10.3	Elementos do fato típico culposo	67
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia	68
2.10.5	Espécies de culpa	68
2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	69
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	69
2.11	Crime preterdoloso	69
3	ERRO DE TIPO	69
3.1	Conceito de erro de tipo	70
3.2	Espécies de erro de tipo	70
3.2.1	Erro de tipo essencial	70
3.2.2	Erro de tipo acidental	71
3.2.2.1	Espécies	71
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	71
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	71
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	72

3.2.5.I	Desígnios autônomos	73
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”...	74
3.2.7	Erro determinado por terceiro	74
3.2.8	Descriminantes putativas	75
4	ANTI JURIDICIDADE	75
4.1	Conceito	75
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	76
4.3	Estado de necessidade	76
4.3.1	Conceito	77
4.3.2	Natureza jurídica	77
4.3.3	Requisitos	77
4.3.4	Causa de diminuição da pena	78
4.3.5	Formas de estado de necessidade	78
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	78
4.4	Legítima defesa	79
4.4.1	Conceito	79
4.4.2	Natureza jurídica	79
4.4.3	Requisitos	79
4.4.4	Formas de legítima defesa	80
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	80
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	80
4.4.7	Legítima defesa recíproca	81
4.4.8	Legítima defesa funcional	81
4.4.9	Provocação e legítima defesa	81
4.4.10	“Commodus discessus”	82
4.4.11	Ofendículas	82
4.4.12	Questões interessantes sobre legítima defesa	83
4.4.13	Legítima defesa da honra e a ADPF 779	83
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	85
4.6	Exercício regular de direito	85
4.7	O consentimento do ofendido	85
4.8	Risco permitido	86
4.9	Violência desportiva	86
4.10	Excesso punível	86
5	CULPABILIDADE	87
5.1	Conceito	88
5.2	Elementos da culpabilidade	88
5.3	Imputabilidade	88
5.3.1	“Actio libera in causa”	89
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	89
5.3.3	Semi-imputabilidade	92
5.4	Potencial consciência da ilicitude	92
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	92

5.4.2	Erro de proibição	92
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	93
5.5.1	Coação moral irresistível	94
5.5.2	Obediência hierárquica	94
6	CONCURSO DE PESSOAS	95
6.1	Concurso necessário e eventual	96
6.2	Formas de concurso de agentes	96
6.3	Requisitos do concurso de agentes	96
6.4	Autoria	97
6.5	Participação	98
6.6	Formas de participação	98
6.7	Autoria mediata	98
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	99
6.9	Conivência e participação por omissão	99
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação	99
6.11	Concurso em crime culposos	100
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas	100
6.13	Circunstâncias incommunicáveis	100
6.14	Casos de impunibilidade	101
VI	— SANÇÃO PENAL	103
1	INTRODUÇÃO	103
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	103
3	PENA	103
3.1	Conceito de pena	103
3.2	Finalidades da pena	104
3.3	Características da pena	104
3.4	Espécies de pena	104
3.5	Regimes prisionais	105
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	105
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	105
4.2	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena	106
4.3	Forma progressiva de execução da pena	107
4.3.1	Ausência de laudo psiquiátrico em exame criminológico	110
4.4	Progressão especial	112
4.5	Regras do regime fechado	113
4.6	Regras do regime semiaberto	113
4.7	Regras do regime aberto	113
4.8	Casa do albergado	114
4.9	Prisão-albergue domiciliar	114
4.10	Regime especial	115
4.11	Regime disciplinar diferenciado — RDD	116

4.12	Direitos e trabalho do preso	118
4.13	Remição	118
4.13.1	Remição pelo estudo	119
4.13.2	Remição pela leitura	120
4.14	Superveniência de doença mental	121
4.15	Detração penal	121
4.15.1	Detração em pena restritiva de direitos	122
4.15.2	Detração em pena de multa	122
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	122
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	123
5.2	Natureza jurídica	123
5.3	Características	123
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	123
5.5	Impossibilidade de cumulação	124
5.6	Conversão	124
5.7	Prestação pecuniária	124
5.8	Perda de bens e valores	124
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	124
5.10	Interdição temporária de direitos	125
5.11	Limitação de fim de semana	126
6	PENA DE MULTA	126
6.1	Conceito	126
6.2	Cominação e aplicação	127
6.3	Pagamento da multa	127
7	APLICAÇÃO DA PENA	129
7.1	Circunstâncias do crime	129
7.2	Circunstâncias judiciais	129
7.3	Circunstâncias legais	131
7.4	Circunstâncias agravantes	132
7.4.1	Aplicação obrigatória	132
7.4.2	Rol taxativo	132
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	132
7.5	Reincidência	134
7.5.1	Conceito	134
7.5.2	Formas	134
7.5.3	Pressuposto da reincidência	134
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	135
7.5.5	Efeitos da reincidência	135
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	136
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	136
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	136
7.7	Circunstâncias atenuantes	137

7.7.1	Aplicação obrigatória	137
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	137
7.7.3	Circunstâncias inominadas	138
8	FIXAÇÃO DA PENA	138
8.1	Momento judicial de fixação da pena	138
8.2	Juízo de culpabilidade	139
8.3	Cálculo da pena	139
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	140
9	CONCURSO DE CRIMES	141
9.1	Noções gerais	141
9.2	Sistemas de aplicação da pena	141
9.3	Espécies de concurso	142
9.4	Concurso material	142
9.4.1	Conceito	142
9.4.2	Espécies	142
9.4.3	Aplicação da pena	142
9.5	Concurso formal	143
9.5.1	Conceito	143
9.5.2	Espécies	143
9.5.3	Aplicação da pena	145
9.5.4	Cúmulo material benéfico	145
9.6	Crime continuado	146
9.6.1	Conceito	146
9.6.2	Natureza jurídica	146
9.6.3	Crimes da mesma espécie	146
9.6.4	Requisitos	146
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	147
9.6.6	Espécies de crime continuado	148
9.6.7	Aplicação da pena	148
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	149
9.6.9	Crime permanente e publicações nas redes sociais	149
9.7	Aplicação da pena de multa	151
10	LIMITE DAS PENAS	151
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	152
11.1	Conceito	152
11.2	Sistemas	152
11.3	Formas	152
11.4	Requisitos	153
11.5	Período de prova	153
11.6	Condições	154
11.7	Revogação do “sursis”	154
11.7.1	Cassação do “sursis”	154
11.7.2	Restabelecimento do “sursis”	154

11.8	Prorrogação do “sursis”	155
11.9	Questões interessantes	155
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	156
12.1	Conceito	157
12.2	Requisitos	157
12.3	Concessão	158
12.4	Condições	158
12.5	Revogação	159
12.6	Restauração do livramento	159
12.7	Prorrogação do livramento	160
12.8	Extinção do livramento	160
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	160
13.1	Conceito	161
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	161
13.3	Espécies de medida de segurança	161
13.4	Aplicação da medida de segurança	161
13.5	Medida de segurança substitutiva	164
13.6	Sistema vicariante	164
13.7	A Política Antimanicomial do Poder Judiciário e a Resolução n. 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça — CNJ	165
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	167
14.1	Conceito de condenação	167
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	167
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	167
14.3.1	Efeitos civis	167
14.3.2	Efeitos administrativos	170
14.3.3	Efeito político	171
14.3.4	Efeitos trabalhistas	171
15	REABILITAÇÃO	172
15.1	Conceito	172
15.2	Prazo para requerimento	172
15.3	Condições da reabilitação	173
15.4	Procedimento da reabilitação	173
15.5	Efeitos da reabilitação	173
15.5.1	Reabilitação e inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB	175
15.6	Revogação da reabilitação	175
15.7	A (im)possibilidade de exclusão dos antecedentes criminais dos bancos de dados dos institutos de identificação	175
VII	— AÇÃO PENAL	179
1	CONCEITO	179
2	CLASSIFICAÇÃO	179

3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	179
3.1	Noções gerais	179
3.2	Espécies	180
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	180
3.2.2	Ação penal pública condicionada	180
3.3	Ação penal nos crimes complexos	181
4	AÇÃO PENAL PRIVADA	181
4.1	Noções gerais	181
4.2	Espécies	181
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	181
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	182
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	182
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	182
VIII — EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE		185
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE	185
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	185
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	185
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	186
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	186
5.1	Morte do agente	186
5.2	Anistia	186
5.3	Graça e indulto	187
5.4	“Abolitio criminis”	188
5.5	Renúncia do direito de queixa	189
5.6	Perdão aceito	189
5.7	Retratação do agente	190
5.8	Decadência	190
5.9	Perempção	191
5.10	Perdão judicial	191
6	PRESCRIÇÃO	192
6.1	Conceito de prescrição	192
6.2	Espécies de prescrição	192
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	192
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	193
6.5	Prescrição da pretensão executória	194
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	194
6.7	Prescrição intercorrente	195
6.8	Prescrição retroativa	195
6.9	Prescrição antecipada	196
6.10	Redução dos prazos prescricionais	197

6.11 Prescrição das penas restritivas de direitos	197
6.12 Prescrição da pena de multa	197

PARTE ESPECIAL

I — INTRODUÇÃO	201
II — DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	203
I DOS CRIMES CONTRA A VIDA	203
I.1 Homicídio	203
I.1.1 Homicídio privilegiado	205
I.1.2 Homicídio qualificado	207
I.1.3 Homicídio culposo	210
I.1.4 Homicídio culposo circunstanciado	210
I.1.5 Perdão judicial	211
I.1.6 Milícia privada	211
I.1.7 Ação penal	211
I.2 Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	212
I.2.1 Crime qualificado pelo resultado	214
I.2.2 Causas de aumento de pena	214
I.2.3 Resultado morte ou lesão grave ou gravíssima e idade da vítima	214
I.2.4 Questões interessantes sobre a participação em suicídio	215
I.3 Infanticídio	215
I.3.1 Questões interessantes sobre o infanticídio	217
I.4 Aborto	217
I.4.1 Questões interessantes sobre o aborto	220
I.4.2 Autoaborto	220
I.4.3 Aborto consentido	220
I.4.4 Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	221
I.4.5 Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	221
I.4.6 Aborto qualificado pelo resultado	221
I.4.7 Aborto legal	221
I.4.7.1 Aborto necessário ou terapêutico	222
I.4.7.2 Aborto humanitário, sentimental, ético ou piedoso	223
I.4.7.3 Aborto em caso de gravidez de feto anencéfalo	224
I.4.7.4 Aborto legal e objeção de consciência do médico	224
2 DAS LESÕES CORPORAIS	226
2.1 Lesão corporal	226
2.1.1 Violência doméstica	228
2.1.2 Lesão corporal funcional	229
2.1.3 Lesão corporal praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino	229

3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	230
3.1	Generalidades.....	230
3.2	Perigo de contágio venéreo	230
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	231
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	232
3.4.1	Aumento de pena.....	232
3.5	Abandono de incapaz	233
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado.....	233
3.5.2	Causas de aumento de pena	233
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido.....	233
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado.....	234
3.7	Omissão de socorro.....	234
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado.....	234
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto da Pessoa Idosa	235
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	235
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado.....	238
3.9	Maus-tratos	238
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado.....	239
3.9.2	Causa de aumento de pena	239
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto da Pessoa Idosa.....	239
4	DA RIXA	239
4.1	Rixa	239
4.1.1	Rixa qualificada.....	240
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA.....	240
5.1	Generalidades.....	240
5.2	Calúnia.....	240
5.2.1	Divulgação ou propalação.....	241
5.2.2	Calúnia contra os mortos	242
5.2.3	Exceção da verdade	242
5.3	Difamação	242
5.3.1	Exceção da verdade	243
5.4	Injúria.....	243
5.4.1	Perdão judicial.....	243
5.4.2	Injúria real	244
5.4.3	Injúria por preconceito	244
5.4.4	Injúria etária.....	245
5.4.5	Injúria em razão de deficiência	245
5.5	Causas de aumento de pena	245
5.6	Exclusão do crime	246
5.7	Retratação	248
5.8	Pedido de explicações	248
5.9	Ação penal	249

6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	249
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	249
6.1.1	Constrangimento ilegal	249
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas	250
6.1.1.2	Concurso material	250
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	250
6.1.2	Ameaça	251
6.1.3	Perseguição	251
6.1.3.1	Causa de aumento de pena	253
6.1.3.2	Cúmulo material	254
6.1.4	Violência psicológica contra a mulher	254
6.1.5	Sequestro e cárcere privado	255
6.1.5.1	Figuras típicas qualificadas	256
6.1.6	Redução a condição análoga à de escravo	257
6.1.6.1	Figuras equiparadas	257
6.1.6.2	Causas especiais de aumento de pena	258
6.2	Tráfico de pessoas	258
6.2.1	Causas especiais de aumento de pena	259
6.2.2	Causa especial de diminuição de pena	259
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	259
6.3.1	Violação de domicílio	259
6.3.1.1	Figuras típicas qualificadas	260
6.3.1.2	Causas de aumento de pena	260
6.3.1.3	Exclusão da antijuridicidade	261
6.3.1.4	Contornos da expressão “casa”	261
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	262
6.4.1	Violação de correspondência	262
6.4.1.1	Generalidades	262
6.4.1.2	Violação de correspondência	262
6.4.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	263
6.4.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	263
6.4.1.5	Impedimento de telecomunicação	263
6.4.1.6	Instalação ou utilização ilegais	264
6.4.1.7	Disposições comuns	264
6.4.1.8	Ação penal	264
6.4.2	Correspondência comercial	264
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	265
6.5.1	Divulgação de segredo	265
6.5.2	Violação de segredo profissional	265
6.5.3	Invasão de dispositivo informático	266
6.5.3.1	Figura equiparada	267
6.5.3.2	Causas de aumento de pena	268
6.5.3.3	Figura qualificada pelo resultado	268

III — DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	269
I DO FURTO	269
I.I Furto	269
I.I.1 Vigilância eletrônica, monitoramento do local e crime impossível ...	271
I.I.2 Furto e princípio da insignificância	272
I.I.3 Furto noturno	275
I.I.4 Furto privilegiado	276
I.I.5 Furto de energia	278
I.I.6 Furto qualificado	279
I.I.6.1 Rompimento de obstáculo	280
I.I.6.2 Abuso de confiança	281
I.I.6.3 Mediante fraude	282
I.I.6.4 Escalada	283
I.I.6.5 Destreza	283
I.I.6.6 Chave falsa	284
I.I.6.7 Concurso de duas ou mais pessoas	284
I.I.7 Furto com emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	285
I.I.8 Furto mediante fraude por meio de dispositivo eletrônico ou informático	285
I.I.9 Furto de veículo automotor	286
I.I.10 Furto de semovente domesticável de produção	287
I.I.11 Subtração de substâncias explosivas ou de acessórios	288
I.2 Furto de coisa comum	288
2 DO ROUBO E DA EXTORSÃO	288
2.1 Roubo	288
2.1.1 Roubo impróprio	291
2.1.2 Roubo circunstanciado	292
2.1.2.1 Emprego de arma branca	292
2.1.2.2 Concurso de duas ou mais pessoas	293
2.1.2.3 Transporte de valores	293
2.1.2.4 Subtração de veículo automotor	293
2.1.2.5 Privação de liberdade	294
2.1.2.6 Substâncias explosivas ou acessórios	294
2.1.2.7 Emprego de arma de fogo	294
2.1.2.8 Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo	296
2.1.2.9 Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido ...	296
2.1.3 Roubo e lesão corporal grave	297
2.1.4 Latrocínio	297
2.1.5 Crime hediondo	299
2.2 Extorsão	299
2.2.1 Extorsão circunstanciada	301
2.2.2 Extorsão e lesão grave ou morte	301

2.2.3	Sequestro relâmpago	301
2.3	Extorsão mediante sequestro	303
2.3.1	Formas qualificadas	304
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado	304
2.3.3	Delação premiada	304
2.4	Extorsão indireta	305
3	DA USURPAÇÃO	305
3.1	Alteração de limites	305
3.1.1	Usurpação de águas	306
3.1.2	Esbulho possessório	306
3.1.3	Concurso material	306
3.1.4	Ação penal	306
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	307
4	DO DANO	307
4.1	Dano	307
4.1.1	Dano qualificado	308
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	308
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	309
4.4	Alteração de local especialmente protegido	309
4.5	Ação penal	310
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	310
5.1	Apropriação indébita	310
5.1.1	Formas circunstanciadas	311
5.2	Apropriação indébita previdenciária	311
5.2.1	Figuras assemelhadas	313
5.2.2	Extinção da punibilidade	314
5.2.3	Perdão judicial	314
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	314
5.2.5	Estado de necessidade	316
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ...	317
5.4	Apropriação de tesouro	318
5.5	Apropriação de coisa achada	318
5.6	Apropriação privilegiada	319
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	319
6.1	Estelionato	319
6.1.1	Estelionato privilegiado	320
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	320
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	321
6.1.4	Defraudação de penhor	321
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	321
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	321
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	321

6.1.8	Fraude eletrônica	323
6.1.9	Estelionato circunstanciado	323
6.1.10	Estelionato contra idoso ou vulnerável	324
6.1.11	Competência para o processo e julgamento do estelionato	324
6.2	Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros	324
6.3	Duplicata simulada	327
6.3.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	327
6.4	Abuso de incapazes	327
6.5	Induzimento à especulação	328
6.6	Fraude no comércio	329
6.6.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	329
6.6.2	Fraude no comércio privilegiada	329
6.7	Outras fraudes	329
6.8	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	330
6.9	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”	330
6.10	Fraude à execução	331
7	DA RECEPÇÃO	331
7.1	Recepção	331
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	332
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	332
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	332
7.1.4	Recepção culposa	332
7.1.5	Recepção privilegiada	333
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	333
7.1.7	Recepção e favorecimento real	333
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção	333
7.2	Recepção de animal	335
8	DAS IMUNIDADES PENAIS	335
8.1	Generalidades	335
8.2	Imunidades penais absolutas	336
8.3	Imunidades penais relativas	336
8.4	Exceções às imunidades penais	336
IV	— DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	337
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	337
1.1	Violação de direito autoral	337
1.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral	338
1.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	338
1.3	Ação penal	338
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	339
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	339
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	339

V — DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	341
1 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL.....	341
2 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO.....	342
3 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA.....	342
4 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.....	343
5 PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM	343
5.1 A criminalização do “lockout”	344
6 PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	345
7 INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	345
8 FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA..	346
9 FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO.	347
10 EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA	347
11 ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	348
12 ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	348
VI — DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	351
I DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	351
I.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	351
I.1.1 Forma circunstanciada.....	352
2 DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	352
2.1 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	352
2.1.1 Forma circunstanciada.....	352
2.2 Violação de sepultura	353
2.3 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	353
2.4 Vilipêndio a cadáver	354
VII — DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	355
I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	355
I.1 Estupro.....	355
I.1.1 Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	356
I.1.2 Figuras qualificadas pelo resultado	358
I.1.3 Causas de aumento de pena	359
I.1.4 Estupro coletivo.....	359
I.1.5 Estupro corretivo.....	360

1.1.6	Segredo de justiça	360
1.1.7	Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro ..	361
1.2	Violação sexual mediante fraude	361
1.2.1	Causas de aumento de pena	362
1.2.2	Segredo de justiça	362
1.3	Importunação sexual	363
1.4	Assédio sexual	363
1.4.1	Assédio sexual de professor contra aluno(a)	364
2	DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL	366
2.1	Registro não autorizado da intimidade sexual	366
2.1.2	Figuras assemelhadas	367
3	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	367
3.1	Definição de vulnerável	367
3.2	Estupro de vulnerável	367
3.2.1	Impossibilidade de desclassificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) para o crime de importunação sexual (art. 215-A, CP)	368
3.2.2	Desnecessidade de contato físico entre o agente e a vítima para a caracterização do crime.	370
3.2.3	Figuras qualificadas pelo resultado	371
3.2.4	Causas de aumento de pena	371
3.2.5	Segredo de justiça	371
3.3	Corrupção de menores	371
3.3.1	Causas de aumento de pena	372
3.3.2	Segredo de justiça	372
3.4	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	372
3.4.1	Causas de aumento de pena	373
3.4.2	Segredo de justiça	373
3.5	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	373
3.5.1	Figuras equiparadas	374
3.5.2	Efeito obrigatório da condenação	375
3.5.3	Segredo de justiça	375
3.6	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	376
3.6.1	Causas de aumento de pena	377
3.6.2	Exclusão de ilicitude	377
4	DISPOSIÇÕES GERAIS	377
4.1	Ação penal	377
4.2	Aumento de pena	377
5	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	378
5.1	Generalidades	378
5.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	378

5.2.1	Figuras típicas qualificadas	378
5.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	379
5.3.1	Figuras típicas qualificadas	380
5.4	Casa de prostituição.	380
5.5	Rufianismo.	381
5.5.1	Figuras típicas qualificadas	382
5.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	382
5.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	382
5.8	Promoção de migração ilegal.	382
5.8.1	Figura equiparada	383
5.8.2	Causas de aumento de pena	383
5.8.3	Cúmulo material	383
6	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR.	383
6.1	Disposições gerais	383
6.2	Ato obsceno	383
6.3	Escrito ou objeto obsceno.	384
7	DISPOSIÇÕES GERAIS	385
VIII	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.	387
1	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	387
1.1	Bigamia.	387
1.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	387
1.1.2	Exclusão do crime	387
1.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	388
1.2.1	Ação penal.	388
1.3	Conhecimento prévio de impedimento.	388
1.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	389
1.5	Simulação de casamento	389
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	389
2.1	Registro de nascimento inexistente	389
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	390
2.2.1	Causa de diminuição de pena	391
2.2.2	Conflito aparente de normas	391
2.3	Sonegação do estado de filiação	391
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR.	391
3.1	Abandono material	391
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	392
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	392
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	393
3.2.2	Figura qualificada	393
3.2.3	Participação no crime	393

3.3	Abandono intelectual.....	394
3.4	Abandono moral.....	394
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA.....	395
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes.....	395
4.2	Subtração de incapazes.....	395
4.2.1	Perdão judicial.....	396
IX	— DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	397
I	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM.....	397
1.1	Generalidades.....	397
1.2	Incêndio.....	397
1.2.1	Incêndio qualificado.....	398
1.2.2	Incêndio culposo.....	398
1.3	Explosão.....	398
1.3.1	Explosão privilegiada.....	399
1.3.2	Explosão qualificada.....	399
1.3.3	Explosão culposa.....	399
1.4	Uso de gás tóxico ou asfixiante.....	399
1.4.1	Modalidade culposa.....	400
1.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante.....	400
1.6	Inundação.....	401
1.6.1	Inundação culposa.....	401
1.7	Perigo de inundação.....	401
1.8	Desabamento ou desmoronamento.....	402
1.8.1	Modalidade culposa.....	402
1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	403
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum.....	403
1.11	Difusão de doença ou praga.....	404
1.11.1	Modalidade culposa.....	405
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	405
2.1	Perigo de desastre ferroviário.....	405
2.1.1	Desastre ferroviário.....	405
2.1.2	Desastre culposo.....	405
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal.....	405
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	406
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	406
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro.....	406
2.2.3	Modalidade culposa.....	406
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal.....	407
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	407
2.3.1	Figura típica qualificada.....	407

2.3.2	Modalidade culposa	407
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal.	407
2.4	Arremesso de projétil.	408
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal.	408
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.	408
2.5.1	Crime qualificado	409
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	409
2.6.1	Figura equiparada	409
2.6.2	Crime circunstanciado.	409
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	410
3.1	Epidemia	410
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado.	410
3.1.2	Epidemia culposa	410
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	410
3.3	Omissão de notificação de doença	411
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	412
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição.	413
3.4.2	Envenenamento culposo	413
3.5	Corrupção ou poluição de água potável.	413
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	413
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	413
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	414
3.6.2	Modalidade culposa	414
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	414
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	415
3.7.2	Modalidade culposa	416
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.	416
3.9	Involúcro ou recipiente com falsa indicação.	417
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	417
3.11	Substância destinada à falsificação	417
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde.	418
3.12.1	Modalidade culposa	418
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	418
3.13.1	Modalidade culposa	419
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	419
3.14.1	Forma qualificada	420
3.15	Charlatanismo	420
3.16	Curandeirismo	421
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI. da CF)..	421

3.16.2 Formas qualificadas pelo resultado.....	422
3.17 Formas qualificadas pelo resultado.....	422
X — DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	425
I INCITAÇÃO AO CRIME	425
I.1 Incitação de animosidade	425
2 APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	426
3 ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	426
3.1 Associação criminosa armada	427
3.2 Crime hediondo.....	427
3.3 Delação premiada	428
4 CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA.....	428
XI — DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	431
I DA MOEDA FALSA	431
I.1 Moeda falsa	431
I.1.1 Circulação de moeda falsa.....	432
I.1.2 Figura típica privilegiada.....	433
I.1.3 Fabricação ou emissão irregular de moeda.....	433
I.1.4 Desvio e circulação antecipada.....	433
I.2 Crimes assimilados ao de moeda falsa	433
I.2.1 Figura típica qualificada	434
I.3 Petrechos para falsificação de moeda	434
I.4 Emissão de título ao portador sem permissão legal.....	434
I.4.1 Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro.....	435
2 DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	435
2.1 Falsificação de papéis públicos	435
2.1.1 Uso de papéis falsificados.....	436
2.1.2 Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	437
2.1.3 Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	437
2.1.4 Circulação de papéis recebidos de boa-fé.....	437
2.2 Petrechos de falsificação	438
3 DA FALSIDADE DOCUMENTAL	438
3.1 Falsificação de selo ou sinal público	438
3.1.1 Uso de selo ou sinal falsificado.....	439
3.1.2 Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro.....	439
3.1.3 Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos.....	439
3.2 Falsificação de documento público.....	439
3.2.1 Documento público por equiparação.....	441
3.2.2 Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	441

3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	442
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho.	442
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual.	442
3.3	Falsificação de documento particular	443
3.3.1	Documento particular por equiparação	443
3.4	Falsidade ideológica.	444
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado.	445
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	445
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	446
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	446
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso.	447
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão.	447
3.6.2	Forma qualificada	447
3.7	Falsidade de atestado médico	448
3.7.1	Forma qualificada	448
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	448
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	448
3.9	Uso de documento falso	449
3.10	Supressão de documento.	451
4	DE OUTRAS FALSIDADES.	451
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	451
4.2	Falsa identidade	452
4.3	Uso de documento de identidade alheia.	453
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros.	453
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	454
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade.	454
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo.	455
4.6.1	Causa de aumento de pena	456
4.6.2	Figuras equiparadas	456
4.6.3	Exercício de atividade comercial ou industrial	457
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO.	457
5.1	Fraudes em certames de interesse público	457
5.1.1	Figura equiparada	459
5.1.2	Dano à Administração Pública	459
5.1.3	Causa de aumento de pena	459
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	461
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	461
1.1	Conceito de funcionário público.	461
1.1.1	Funcionário público por equiparação.	463
1.1.2	Casos de aumento de pena	464

I.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	464
I.2	Peculato	464
I.2.1	Peculato-furto	466
I.2.2	Peculato culposo	467
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	467
I.3	Peculato mediante erro de outrem	467
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	468
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	468
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	469
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.	470
I.8	Concussão	471
I.8.1	Excesso de exação	471
I.8.2	Excesso de exação qualificado	473
I.9	Corrupção passiva	473
I.9.1	Corrupção passiva circunstanciada	474
I.9.2	Corrupção passiva privilegiada	474
I.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	474
I.11	Prevaricação	475
I.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	475
I.13	Condescendência criminosa.	476
I.14	Advocacia administrativa.	477
I.15	Violência arbitrária	479
I.16	Abandono de função	480
I.16.1	Abandono de função qualificado	480
I.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	481
I.18	Violação de sigilo funcional	481
I.18.1	Figuras assemelhadas	482
I.18.2	Figuras qualificadas	482
I.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência	482
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	483
2.1	Usurpação de função pública	483
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	484
2.2	Resistência	484
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	485
2.2.2	Concurso	485
2.3	Desobediência	485
2.3.1	Desobediência a ordem de parada emitida por policiais ou outros agentes públicos	486
2.4	Desacato	487
2.5	Tráfico de influência	489
2.5.1	Causa de aumento de pena	489

2.5.2	Tráfico de influência e exploração de prestígio	489
2.6	Corrupção ativa	491
2.6.1	Corrupção ativa circunstanciada	492
2.6.2	Figuras semelhantes à corrupção ativa em outros diplomas legais ...	492
2.7	Descaminho	492
2.7.1	Descaminho por assimilação	493
2.7.2	Descaminho qualificado	494
2.7.3	Descaminho e princípio da insignificância	494
2.7.4	Recepção de mercadoria objeto de descaminho	495
2.8	Contrabando	495
2.8.1	Contrabando por assimilação	496
2.8.2	Contrabando qualificado	496
2.8.3	Importação de arma de brinquedo	496
2.8.4	Contrabando de cigarros e princípio da insignificância	497
2.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	497
2.10	Inutilização de edital ou de sinal	498
2.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento	498
2.12	Sonegação de contribuição previdenciária	499
2.12.1	Extinção da punibilidade	499
2.12.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	500
2.12.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	500
2.12.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	500
2.12.5	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária — RERCT	502
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	502
3.1	Noções gerais	502
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	503
3.2.1	Causa de aumento de pena	504
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	504
3.3.1	Causa de aumento de pena	505
3.4	Funcionário público estrangeiro	505
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	505
4	DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .	505
4.1	Novas figuras penais e princípio da continuidade normativo-típica	505
4.2	Contratação direta ilegal	506
4.3	Frustração do caráter competitivo de licitação	508
4.4	Patrocínio de contratação indevida	510
4.5	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	511
4.6	Perturbação de processo licitatório	512
4.7	Violação de sigilo em licitação	512
4.8	Afastamento de licitante	513
4.9	Fraude em licitação ou contrato	514
4.10	Contratação inidônea	515

4.11	Impedimento indevido	516
4.12	Omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	517
4.13	Pena de multa.....	519
5	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	519
5.1	Reingresso de estrangeiro expulso.....	519
5.2	Denúnciação caluniosa	520
5.2.1	Denúnciação caluniosa circunstanciada	522
5.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	522
5.2.3	Denúnciação caluniosa com finalidade eleitoral.....	522
5.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	523
5.4	Autoacusação falsa.....	523
5.5	Falso testemunho ou falsa perícia	524
5.5.1	Causa de aumento de pena	525
5.5.2	Retratação	525
5.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete.	525
5.6.1	Causa de aumento de pena	526
5.7	Coação no curso do processo	526
5.7.1	Causa de aumento de pena	527
5.8	Exercício arbitrário das próprias razões	527
5.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	528
5.10	Fraude processual.....	528
5.10.1	Fraude em processo penal.....	529
5.10.2	Fraude processual na Lei de Abuso de Autoridade	529
5.11	Favorecimento pessoal.....	529
5.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado.....	530
5.11.2	Escusa absolutória.....	530
5.12	Favorecimento real.....	530
5.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional.....	531
5.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	532
5.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.....	532
5.15.1	Figuras típicas qualificadas	532
5.15.2	Concurso material.....	532
5.15.3	Promoção ou facilitação culposa	533
5.16	Evasão mediante violência contra a pessoa.....	533
5.17	Arrebatamento de preso	533
5.18	Motim de presos	534
5.19	Patrocínio infiel.....	534
5.19.1	Patrocínio simultâneo ou tergiversação.....	535
5.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	536
5.21	Exploração de prestígio	537
5.21.1	Exploração de prestígio circunstanciada	537
5.22	Violência ou fraude em arrematação judicial	537
5.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	538

6	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.....	538
6.1	Generalidades.....	538
6.2	Contratação de operação de crédito.....	539
6.2.1	Operação de crédito irregular.....	540
6.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.....	540
6.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	541
6.5	Ordenação de despesa não autorizada.....	541
6.6	Prestação de garantia graciosa.....	542
6.7	Não cancelamento de restos a pagar.....	543
6.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	543
6.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.....	544
XIII	— DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	545
1	INTRODUÇÃO.....	545
2	DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL.....	546
2.1	Atentado à soberania.....	546
2.1.1	Causa de aumento de pena.....	546
2.1.2	Participação em operação bélica.....	547
2.2	Atentado à integridade nacional.....	547
2.3	Espionagem.....	548
2.3.1	Figura equiparada.....	549
2.3.2	Espionagem qualificada.....	549
2.3.3	Facilitação da espionagem.....	550
2.3.4	Excludente de tipicidade.....	550
3	DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	551
3.1	Abolição violenta do Estado Democrático de Direito.....	551
3.2	Golpe de Estado.....	552
4	DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL.....	554
4.1	Interrupção do processo eleitoral.....	554
4.2	Violência política.....	555
5	DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	557
5.1	Sabotagem.....	557
6	DISPOSIÇÕES COMUNS.....	558
	BIBLIOGRAFIA.....	561